

O potencial subutilizado da floresta secundária

Categories : [Marc Dourojeanni](#)

Era o ano 1978. Um grupo internacional de expertos florestais percorria a área de Curuá-Una, no Estado do Pará, um experimento de plantações florestais estabelecido em fins dos anos 1950 com apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O objetivo era recolher experiências úteis para o manejo da Floresta Nacional do Tapajós. O calor era intenso e as parcelas eram muitas e grandes e, pior, os resultados eram frustrantes. Parcelas plantadas com mogno só mostravam árvores retorcidas e sem valor, em consequência de ataques de insetos; outras parcelas, a maior parte, mostravam volumes de madeira reduzidos demonstrando que o manejo lá aplicado não era economicamente viável. Até que, quando a esperança já era pouca, a equipe ficou pasma: viu uma parcela de árvores gigantes, de troncos retos e sem ramificações, com volumes de madeira excepcionais. O mateiro ajudou os expertos a reconhecer as árvores. Lá havia diversas espécies, muitas delas de grande demanda no mercado. Os cálculos rápidos indicaram mais de 400m³ por hectare. Uma maravilha! A solução ideal! E qual teria sido o excelente tratamento silvicultural que dera resultados tão espectaculares? Após um breve momento de expectativa veio a resposta contundente: era a parcela testemunho! Ou seja, a parcela onde nada foi feito, onde nada foi plantado e nada foi mexido. Só se deixou que a natureza fizesse o seu trabalho. Essa parcela tinha-se convertido num ótimo bosque secundário natural.

Como é bem conhecido, grande parte da Amazônia que foi desmatada é deixada sem uso a cada ano, cumprindo rotações ou períodos de “descanso” de duração variável. Isso acontece por duas razões principais: (i) diversas formas de perda aparente ou real da fertilidade e, (ii) a dificuldade de combater as ervas daninhas. Por isso, camponeses pobres, igual que índios, praticam a agricultura migratória ou *shifting cultivation*. A diferença entre ambos é que os camponeses são muito numerosos e que as áreas que deixam sem cultivar ou pastorear são imensas, estimadas em cerca de cinco vezes a área efetivamente cultivada a cada ano, ou seja milhares e milhares de hectares da Amazônia. Essas são as “capoeiras” ou vegetação com floresta secundária que agora dominam a maior parte das paisagens amazônicas. Após terminado o descanso esses bosques novos são cortados e queimados para iniciar um novo ciclo.

Em termos ecológicos, uma “capoeira” não é improdutiva, pois ela fixa carbono, restaura a fertilidade natural do solo, favorece a presença de alguns animais aproveitados na alimentação humana, protege o solo contra a erosão e, se deixada por longo prazo, restaura uma floresta parecida com a que existia antes de sua eliminação para atividades agropecuárias. Mas, em termos econômicos pode ser considerada como terra abandonada ou subutilizada, pois não produz renda para seus donos ou usários. Ademais, sua necessidade se correlaciona com a destruição de mais florestas naturais ou originais já que por hectare abandonado a cada ano se corta outros de mata nativa. É propícia a ocasião para notar que mesmo que não se goste da soja e de outras culturas industriais intensivas altamente mecanizadas e tecnificadas, deve se

reconhecer que elas desperdiçam menos recurso de terra e de floresta que as formas tradicionais de agricultura e pecuária. Apenas ocorre que esse tipo de agricultura deveria respeitar limites técnicos e legais, o que não acontece.

Agora bem. Faz muitas décadas que resultou evidente a qualquer um que conhece a Amazônia, até para os que nunca visitaram Curuá-Una, que as “capoeiras” poderiam ser manejadas ou conduzidas para produzir madeira e outros produtos entre cada período de uso agrícola. Muitas das espécies de árvores que crescem nas capoeiras têm madeira com valor comercial ou poderiam ter, se seu uso fosse promovido. O volume de madeira produzido é variável com a qualidade do solo e com a distância em que se encontram as árvores mães, que providenciam as sementes para que o vento ou a chuva ou os pássaros e morcegos as espalharem. Mas, em termos gerais pode-se obter até 40 m³ de madeira em 7 a 10 anos e mais de 200 m³ antes de cumprir 20 anos. Existem capoeiras muito ricas em espécies, com mercado já conhecido e outras onde a diversidade é maior. Estudos recentes na Amazônia do Peru, financiados pela Organização Internacional da Madeira Tropical (OIMT) confirmam que a rentabilidade econômica dessas florestas secundárias é elevada, providenciando uma renda anual muito superior, quase o dobro de qualquer outra atividade agrícola ou pecuária, tradicionalmente desenvolvidas nessas condições.

O manejo de florestas secundárias é, provavelmente, melhor que o reflorestamento para condições de trópico úmido. Seu custo é muito baixo porque, na verdade, não há que fazer nenhum investimento. Não precisa de viveiros ou de se produzir plântulas, nem de plantá-las ou cuidá-las contra pragas e ervas daninhas, nem de fertilização. Pode se praticar em parcelas de um a vários hectares, apenas na base de uma propriedade familiar cujos indivíduos ao mesmo tempo podem seguir atendendo seus cultivos e animais na fração que cultivam a cada ano. O manejo é elementar, apontando apenas para favorecer as espécies mais comerciais e os melhores indivíduos. O retorno econômico, como dito, é muito elevado, mais que o da maior parte dos cultivos e, em solos bons ou dependendo das espécies, pode ser muito rápido. O aproveitamento florestal das capoeiras está integrado ao ciclo agrícola e, portanto, é benefício seguro, tirando proveito da terra que de outro modo ficaria ociosa. Também, como falado, essa opção brinda serviços ambientais. Os agricultores que desejem ganhar mais dinheiro podem, claro, combinar essa técnica com certo nível de reflorestamento com espécies muito valiosas como cedro ou mogno ou outras. Basta para isso que usem a técnica de enriquecimento das capoeiras.

Até uns dez anos atrás, pouca gente se interessava realmente pela madeira das capoeiras porque, na aparência, existia muita madeira disponível na mata original como para “dar bola” às madeiras “menos nobres” e de dimensões menores das capoeiras. Mas, a crescente escassez de madeira devido ao desmatamento sem controle e à exploração anárquica da floresta está favorecendo o aumento do valor de muitas espécies de rápido crescimento, ou seja, de florestas secundárias, que antes eram depreciadas. Em países onde o desmatamento tem avançado muito, como no Peru, são numerosas as espécies de árvores secundárias que hoje têm grande demanda e, a cada dia, o mercado aceita novas madeiras. Há até uma indústria florescente de construção

de casas populares exclusivamente na base de uma espécie tipicamente secundária. Dessa forma, o que na verdade sempre pode ser um bom negócio, hoje é um negócio evidente, já está começando a florescer, embora com dificuldades criadas essencialmente pela burocracia.

Resulta que o Inrena, o equivalente ao Ibama do Peru, ao invés de facilitar o manejo das capoeiras e a comercialização da sua madeira, tem criado uma série de requisitos esdrúxulos, como são planos de manejo complexos, permissões de corte com diâmetros mínimos e até taxas de reposição. Na verdade, uma das maiores vantagens da produção de madeira em capoeira é, precisamente, sua simplicidade. Basta eliminar excessos de densidade, espécies indesejáveis e cortar uma ou outra trepadeira. Ou seja, que apenas o bom senso e um facão bem afiado permitem um ótimo manejo. É ocioso solicitar planos de manejo e, de outra parte, é absurdo exigir diâmetros mínimos ou cobrar taxa de reposição, desde que a terra onde as capoeiras se desenvolvem é agrícola e usualmente privada ou comunitária. Neste caso, onde não se trata de conservar uma floresta, o diâmetro de corte deve ser fixado pela demanda. Tampouco pode se cobrar uma taxa de reposição para árvores que ocuparam temporariamente áreas agropecuárias as quais voltaram a servir para esse fim ao término da rotação. O Inrena, emulando o Ibama, só inventa martírios para quem faz algo bom e interessante. Para estimular o aproveitamento das matas secundárias bastaria com que essas instituições cuidassem de que sejam preservados os resíduos de mata original que a duras penas sobrevivem e providenciem o material genético, ou seja, as sementes, para formar as “capoeiras”.

Mas, não são só organismos públicos que não ajudam a manejar as “capoeiras”. Os próprios engenheiros florestais não gostam delas. As acham feias e desprecáveis e raramente prestaram atenção séria em suas possibilidades próprias e como paliativos ao desmatamento e à exploração irracional das matas naturais. Sempre favoreceram as plantações ou o manejo de florestas primárias. E isso se observa no nível nacional. No cerrado, por exemplo, onde a simples exclusão do fogo e do gado permitiria a regeneração da floresta da mata ciliar, os governos e seus técnicos exigem a plantação de árvores, com custos exorbitantes e péssimos resultados, devido à dificuldade da sua manutenção.

A necessidade é a mãe da invenção e das grandes mudanças. A madeira é um bem cada dia mais raro e mais caro e, por isso, como acontece no Peru, as “capoeiras” começam a ser aproveitadas e, sem dúvida, o serão cada vez mais. Que a visão do resultado inesperado da experiência de Curuá-Uma ilumine os que tomam decisões no setor florestal e que, assim, facilitem o processo para que esta opção de aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia se desenvolva a plena capacidade e traga benefícios para sua gente e diminua a pressão sobre as cada dia mais raras florestas originais.